

## Aprovado por quem entende

Quando era presidente da Agência Nacional de Águas e Saneamento (ANA), 20 anos atrás, fui membro de três conselhos nacionais: meio ambiente (Conama), recursos hídricos (CNRH) e energia (CNPE). Minha lembrança é que o CNPE era o que menos frequentemente se reunia. Mas, em contrapartida, quando o fazia tomava decisões relevantes. Na outra ponta, o CONAMA se reunia muito para discutir temas em geral pouco importantes. O CNPE era formado por apenas nove pessoas, entre elas sete ministros de estado. O CONAMA tinha mais de 100 participantes. Apenas sete, porém, eram representantes do setor produtivo. O CNRH ficava no meio do caminho, com 37 membros.

A partir dessa experiência, desenvolvi a percepção de que a eficácia de um conselho se correlaciona positivamente com a hierarquia de seus membros e negativamente com o número de seus participantes. Paraphrasing sir Barnett Cocks (assessor do Parlamento do Reino Unido), os conselhos numerosos são em geral formados por pessoas que individualmente não podem fazer nada e que como grupo decidem que nada pode ser feito.

Lembrei essa experiência ao ler o Decreto 11.960 (21/3/2024), que contém diretrizes para funcionamento do CNRH e estabelece sua composição. Dos 50 componentes titulares, 25 serão representantes de 22 ministérios; dez dos conselhos estaduais; sete das organizações civis; e apenas oito dos setores usuários. A esmagadora maioria não terá a menor familiaridade com o tema. Haverá um único representante dos irrigantes e um único representante das hidrelétricas. Chance de que esse arranjo dê certo? Baixíssima!

Se o Governo estivesse interessado numa boa gestão dos recursos hídricos e na universalização do saneamento, teria criado um CNRH mais focado. Com capacidade técnica para assessorar o Senado Federal na sabatina de indicados para composição da diretoria da ANA.

Historicamente, o Senado tem examinado apenas formalmente, “para inglês ver”, os candidatos à direção de agências reguladoras. Uma manifestação formal de um CNRH notoriamente capacitado poderia inibir indicações exclusivamente políticas para a ANA. Mas o CNRH, com a composição definida no decreto, não se qualifica para a missão.

Alternativamente, a Associação Brasileira de Recursos Hídricos – ABRHidro e a Associação Brasileira de Engenharia Sanitária (ABES) - duas respeitadas e longevas associações profissionais - deveriam se manifestar de ofício por meio de parecer sobre a qualificação legal e profissional de cada indicado pelo Executivo para a diretoria da ANA. Outras associações profissionais deveriam fazer o mesmo com relação às demais agências reguladoras de suas respectivas áreas de atuação. Seria um elemento a mais para ajudar os senadores a decidir com conhecimento de causa.

Jerson Kelman, engenheiro, foi o principal dirigente da ANA, ANEEL, LIGHT, SABESP e ABRHidro

Publicado em O Globo, 26/03/2024

<https://oglobo.globo.com/opiniao/artigos/coluna/2024/03/aprovado-por-quem-entende.ghtml>



## Ninguém quer Cid

O tenente-coronel Mauro Cid atualiza a máxima para o destino de quem se associa a Bolsonaro e ao bolsonarismo: entrar e então morrer. Variadas formas, as expressões, da morte. Entrar e morrer. Sina. Sempre uma questão de tempo — já condenados também os caídos que se pensam livres da maldição. É inescapável.

Entrar e então morrer. Morrer e continuar morrendo. Uteis, alguns dos mortos. Mortos a serviço. Mortos para sacrifício. Finados em ação. Os defuntos ativos, matando (matando-se) morrendo.

Os áudios de Cid divulgados pela Veja expõem um morto que se mata — ou se deixa matar:

— Quem mais se fodeu fui eu. Quem mais perdeu coisa fui eu. O único que teve pai, filha, esposa envolvidos. O único que perdeu a carreira, o único que perdeu a vida financeira fui eu.

Isso é desabafo de zumbi.

— Ninguém perdeu carreira. Ninguém perdeu vida financeira como eu perdi. Todo mundo já era quatro estrelas. Já tinha atingido o topo. Né? O presidente teve Pix de milhões. Ficou milionário, né?

Isso é desabafo de zumbi amargurado ante zumbis graduados. Todos fizeram escolhas. Todos mortos, com as estrelas, como as estrelas. Bolsonaro, sem estrelas e milionário, suga e vai. Seca e vai. De morte em morte, vai. Dormindo o sono das embaixadas, flertando com a prisão, quiçá cavando a preventiva — vai. Cid, morto e se matando:

— Você pode falar o que quiser. Eles [os policiais federais] queriam que eu falasse coisa que eu não sei, que não aconteceu. (...) Você pode falar o que quiser. Eles não aceitavam e discutiam. E discutiam que a minha versão não era verdadeira, que não podia ter sido assim, que eu estava mentindo.

Isso já é outra modalidade de manifestação. Os métodos do bolsonarismo pelo zumbi Cid. Entrar, consumir-se num universo em que tudo precisa ser descredenciado, em que nada é confiável, e então morrer. Plantar desconfiança e ser difundida entre os que confirmarão a imoralidade da Justiça e Cid é Cid é Cid é Cid é Bolsonaro. Era. Foi.

Falou a pessoas próximas — o Cid desesperado, o traidor que se justifica. Falou a quem? Traidor e traido. O desabafo que, na mão do bolsonarismo, circula para robustecer a percepção de ditadura xandônica. Missão cumprida. Provas em xeque. A lava-jato do Xandão — é o que vai no zap-profuno. Cid quereria uma vaza-jato para si. A vaza-jato de Cid vindo para matá-lo ainda mais. "Vício de voluntariedade"? Isso é



MARCELO

que abraça — e se torna influente. Capaz até de reescrever a história da corrupção no Brasil; e de repente os injustiçados (corruptores da corrupção que não houve) já tocam a obra no palco — denunciam os injustiçados corrompidos da corrupção que não houve — da armação estadunidense contra a soberania brasileira e nosso porvir glorioso.

Não será o caso de Cid: que não terá a oportunidade de comandar tropas. Também morto como militar. Golpista fraudador instrumentalizado, cumpridor do que lhe fora fadado. E morto. Morreu semeando dúvidas sobre a República. Terá todo o rigor contra si.

Morrer e continuar se matando. Depoimentos à PF, compromisso com a verdade, vantagens no horizonte — e então os áudios segundo os quais suas declarações foram distorcidas, descontextualizadas as informações que prestou, algumas mesmo omitidas. Cid é Cid é Cid é Cid é Cid é Bolsonaro. Era. Foi.

Falou a pessoas próximas — o Cid desesperado, o traidor que se justifica. Falou a quem? Traidor e traido. O desabafo que, na mão do bolsonarismo, circula para robustecer a percepção de ditadura xandônica. Missão cumprida. Provas em xeque. A lava-jato do Xandão — é o que vai no zap-profuno. Cid quereria uma vaza-jato para si. A vaza-jato de Cid vindo para matá-lo ainda mais. "Vício de voluntariedade"? Isso é

para quem pode. Ninguém quer Cid.

Delator desprovido de um Dias Toffoli para lhe pegar a bravata e transformar em "pau de arara do século XXI". Cid não terá a chance de, anuladas as provas que ofertou, garantir os benefícios da colaboração. É provável que os perca. E que as provas valham. Acordo revogado por infringir deveres de colaborador. Ninguém o quer. Preso já está. Inexistente a possibilidade de não sustentar a acusação que fez — de oprimido para delator — e ainda poder negociar. Nem o advogado da J&F, também delator, poderia ajudá-lo. O morto Cid ora morre sozinho.

Confirma o que disse nos áudios vazados? Que foi pressionado a relatar fatos que não ocorreram; a detalhar eventos que desconhecia; induzido a corroborar declarações de testemunhas. Confirma? Não. Ok. Dane-se. Não importa. Poderíamos prescindir do que relatou. Temos outras provas. A palavra dos estrelas. Descartado está, senhor Cid. O senhor mesmo. Descartado. Não se supersteme. Sua delação é peça menor no conjunto. O senhor: morto menor no conjunto. E que se comunique e imponha desde o Q.G. xandônico.

A morte e a morte de Mauro Cid. Vale nada. Para a Justiça. Também para o bolsonarismo. Seu desabafo já tendo produzido o efeito conspirativo. O morto Cid morre sozinho. Até a próxima.

## Aprovado por quem entende

JERSON KELMAN



Quando eu era presidente da Agência Nacional de Águas e Saneamento (ANA), 20 anos atrás, fui integrante de três conselhos nacionais: meio ambiente (Conama), recursos hídricos (CNRH) e energia (CNPE). Minha lembrança é que o CNPE era o que menos frequentemente se reunia. Em contrapartida, quando o fazia, tomava decisões relevantes. Na outra ponta, o Conama se reunia muito para discutir temas em geral pouco importantes. O CNPE era formado por apenas nove pessoas, entre elas sete ministros de Estado. O Conama tinha mais de cem participantes. Apenas sete, porém, eram representantes do setor produtivo. O CNRH ficava no meio do caminho, com 37 membros.

A partir dessa experiência, desenvolvi a percepção de que a eficácia de um conselho se correlaciona positivamente com a hierarquia de seus membros e negativamente com o número de seus participantes. Parafrazeando Sir Barnett Cocks (assessor do Parlamento do Reino Unido), os conselhos numerosos são em geral formados por pessoas que individualmente não podem fazer nada e que, como grupo, decidem que nada pode ser feito.

Lembrei essa experiência ao ler o Decreto 11.960 (21/3/2024), que contém diretrizes para funcionamento do CNRH e estabelece sua composição. Dos 50 componentes titulares, 25 serão representantes de 22 ministérios; dez, dos conselhos estaduais; sete, das organizações civis; e apenas oito, dos setores usuários. A esmagadora maioria não terá menor familiaridade com o tema. Haverá um único representante dos irrigantes e um único representante das hidrelétricas. Chance de que esse arranjo dê certo? Baixíssima!

Se o governo estivesse interessado numa boa gestão dos recursos hídricos e na universalização do saneamento, teria criado um CNRH mais focado. Com capacidade técnica para assessorar o Senado na sabatina de indicados para a composição da diretoria da ANA.

Historicamente, o Senado tem examinado apenas formalmente, "para inglês ver", os candidatos à direção de agências reguladoras. Uma manifestação formal de um CNRH notoriamente capacitado poderia inibir indicações exclusivamente políticas para a ANA. Mas o CNRH, com a composição definida no decreto, não se qualifica para a missão.

Alternativamente, a Associação Brasileira de Recursos Hídricos (ABRHidro) e a Associação Brasileira de Engenharia Sanitária (Abes) — duas respeitadas e longevas associações profissionais — deveriam se manifestar de ofício por meio de parecer sobre a qualificação legal e profissional de cada indicado pelo Executivo para a diretoria da ANA. Outras associações profissionais deveriam fazer o mesmo com relação às demais agências reguladoras de suas respectivas áreas de atuação. Seria um elemento a mais para ajudar os senadores a decidir com conhecimento de causa.

## \* ARTIGO

### A inclusão digital e as big techs

JUSCELINO FILHO



Cerca de 23 milhões de brasileiros com mais de 10 anos não usam internet, redes sociais ou aplicativos que aproximam pessoas de oportunidades de trabalho e de meios tecnológicos que levam à cidadania. É um abismo que isola e exclui de forma silenciosa, ampliando o fosso social brasileiro. Não podemos tolerar a perpetuação desse cenário, e o presidente Lula estipulou como meta reverter quadro no menor tempo possível. No comando do Ministério das Comunicações, mobilizei toda a equipe para atuar na efetiva inclusão digital em nosso país. É minha prioridade absoluta.

O governo Lula tem realizado significativos investimentos para a ampliação da infraestrutura de telecomunicação brasileira. Dentro do novo PAC, está previsto o aporte de R\$ 27,9 bilhões em inclusão digital e conectividade nos próximos anos. Esse montante é para aprimorar o acesso da população

Essa infraestrutura está disponível a todos. Mas é justamente um grupo bem seleto de empresas que mais usa o tráfego de dados. E esses números tendem a crescer cada vez mais, em razão do aumento no consumo de vídeo, música e redes sociais. Para ter uma ideia, as provedoras de conteúdo são responsáveis por 80% de todo o tráfego nas redes móveis no mundo.

Essas big techs se beneficiam dos investimentos públicos para a melhoria de toda a infraestrutura utilizada em sua prestação de serviços, faturam bilhões de dólares com suas operações no Brasil e não pagam por esse uso. No ano passado, as cinco maiores empresas de tecnologia — Alphabet (Google), Apple, Amazon, Microsoft e Meta (Facebook, Instagram e WhatsApp) — bateram recorde de lucro no mundo: US\$ 327 bilhões. Os recursos arrecadados na taxa de inclusão digital poderiam ser revertidos para a melhoria da infraestrutura de telecomunicação

Essa infraestrutura está disponível a todos. Mas é justamente um grupo bem seleto de empresas que mais usa o tráfego de dados. E esses números tendem a crescer cada vez mais, em razão do aumento no consumo de vídeo, música e redes sociais. Para ter uma ideia, as provedoras de conteúdo são responsáveis por 80% de todo o tráfego nas redes móveis no mundo.

União Europeia passa a exercer um controle mais rígido sobre as big techs e também em que o grupo de telecomunicações europeu ETNO reforça o pedido para que essas empresas ajudem a financiar a implementação das redes de banda larga e 5G no continente.

Outra discussão essencial é a regulamentação das redes sociais e o combate à disseminação de conteúdo fraudulento na internet, hoje por meio da Secretaria de Comunicação da Presidência da República. Um debate que precisa seguir, mas que é diferente da taxação dessas big techs. São propósitos e caminhos distintos.

É necessário separar "questões ideológicas" para criar um ambiente de diálogo construtivo e fazer essa pauta avançar com benefícios para empresas e usuários.

Estamos maduros para encarar esses desafios, conectando os brasileiros e unindo o Brasil. E temos uma oportunidade ímpar para levar a internet aos lugares mais longínquos e à população mais pobre. As big techs devem ser chamadas à sua responsabilidade social e contribuir com a inclusão so-